



As limitações do conceito de autonomia no liberalismo

The limitations of self-determination notion in the liberal theory

MARIO MOTTA DE ALMEIDA MÁXIMO | mariomottamaximo@gmail.com
Professor do Departamento de Ciências Econômicas na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM-UFRRJ). Doutor em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI-UFRJ).

Recebimento do artigo Setembro de 2014 | **Aceite** Julho de 2015

Resumo A perspectiva de que os indivíduos constituem em si mesmos agentes autônomos é fundamental para a teoria econômica liberal. Diversos trabalhos tratam do problema da individualização no pensamento político e social. São inúmeras as dificuldades que surgem na construção e aplicação do chamado *homo economicus*. O presente artigo contribui para esse debate metodológico ao se concentrar na noção de autonomia que permeia as hipóteses comportamentais da teoria econômica dominante. O texto apresenta duas críticas internas ao próprio conceito de autonomia no liberalismo: a ideia de que os indivíduos estão em algum sentido não trivial realizando escolhas e a concepção distributiva de que é legítimo recompensar cada um de acordo com a sua participação no processo produtivo. **Palavras-Chave** Individualismo Metodológico, *Homo Economicus*, Autonomia do Sujeito e Liberalismo.

Abstract The view that individuals are themselves autonomous agents is a fundamental point to liberal economic theory. Several works address the problem of individualization in social and political thought. There are countless difficulties that arise in the construction and implementation of the so called *homo economicus*. This paper contributes to this methodological debate by focusing on the notion of autonomy that permeates the behavioral assumptions of mainstream economic theory. The text presents two internal criticism of the very concept of autonomy in liberalism: the idea that individuals are in some non-trivial sense making choices and the distributive conception that it is legitimate reward each one according to its participation in the production process. **Keywords** Methodological Individualism, *Homo Economicus*, Individual Self-determination and Liberalism.

Introdução

A teoria econômica liberal, em especial na tradição marginalista, concebe um indivíduo isolado que é capaz de agir autonomamente sobre sua própria existência. O pensamento liberal supõe que exista uma entidade separada e livre a qual ele chama de indivíduo. Um ente que pode ser entendido e pensado por si só. Há uma longa discussão a respeito das dificuldades metodológicas que esse individualismo acarreta para a teoria econômica e política¹. Nesse artigo, entretanto, propomos discutir a questão por um outro ângulo, esperando assim colaborar com o aprofundamento do debate. Nosso objetivo é nos concentrar no conceito de autonomia inerente ao individualismo metodológico, afinal só faz sentido entender a sociedade a partir de indivíduos se esses agem *autonomamente*, do contrário, é necessário compreender as forças que os movem.

Tratamos as palavras autonomia e liberdade como naturais, como se fossem parte do senso comum, sem as observarmos com maior cuidado. Assumimos que sua definição esteja esgotada e seguimos com as pesquisas na área de economia política sem rever o que está definido. O problema é que muitas das deduções e dos desdobramentos teóricos já estão, num nível mais abstrato, contidos na própria definição de autonomia que foi estabelecida. Por isso rever princípios é algo fundamental na investigação de uma ciência, porque nos permite percorrer outros caminhos antes bloqueados por uma definição inapropriada. O presente texto visa apontar dificuldades, que nos parecem insuperáveis, dentro da própria noção de autonomia, respeitando mesmo a forma como ela é apresentada pelo liberalismo.

O texto está dividido em três partes, além desta introdução e de uma conclusão. A primeira discute a construção e o significado de autonomia para o liberalismo, em particular na formulação de John Stuart Mill. A segunda parte problematiza a ideia de autonomia na sua expressão através da escolha racional e por último apresentamos as dificuldades desta noção quando a mesma se manifesta no ideal da meritocracia.

Surgimento e definição de autonomia para o liberalismo

Há uma percepção generalizada e um tanto difusa de que vivemos numa sociedade liberal, ou ainda a ideia aparece com uma nova roupagem, através do conceito de neoliberalismo, que para os objetivos deste trabalho refere-se ao mesmo fenômeno. O projeto político e econômico liberal surgiu no século XVII no mundo anglo-saxão, profundamente influenciado pela guerra civil inglesa. A pergunta que o conflito impunha era simples, apesar de extremamente complexa em seus diversos desdobramentos: “O que faz com que o governo seja legítimo e mereça a nossa aliança?” Essa será a questão que organizará toda a filosofia política moderna, e a resposta do liberalismo pode ser resumida em: “O poder político só é justificado enquanto promove a liberdade dos indivíduos.” Esses passam a ser os critérios fundamentais para se discutir política e economia, a soberania do indivíduo sobre sua própria existência. O Estado só faz sentido entendido como construto social, enquanto defende a subjetividade dos cidadãos. Da mesma forma, as relações econômicas só são legítimas na medida em que permitem a livre manifestação das preferências e desejos individuais. Talvez a passagem que abre o ensaio *Sobre a Liberdade* (1859) de John Stuart Mill seja a melhor definição dessa ideia.

1 Ver Bianchi (1988) e Paulani (2005).

O objetivo deste ensaio é defender um princípio muito simples, indicado para orientar de forma absoluta as intervenções da sociedade sobre o indivíduo na forma de coerção e controle, quer para o caso do uso da força física sob a forma de penalidades legais, quer para o da coerção moral da opinião pública. Consiste esse princípio em que a única finalidade justificada da interferência dos homens, individual e coletivamente, na liberdade de ação dos outros, é a autoproteção. O único propósito com o qual se legitima o exercício do poder sobre algum membro de uma comunidade civilizada contra a sua vontade, é impedir dano a outro. O próprio bem do indivíduo, seja ele material ou moral, não constitui justificção suficiente. O indivíduo não pode legitimamente ser compelido a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, porque tal seja melhor para ele, porque tal o faça mais feliz, porque na opinião dos outros tal seja sábio ou correto. Estas são boas razões para o repreender, para com ele discutir, para o persuadir, para o aconselhar, mas não para o coagir, ou para lhe infligir algum mal caso aja de outra forma. Para justificar a coação ou a penalidade, faz-se necessário que a conduta de que se quer desviá-lo, tenha em mira causar dano a outro. A única parte da conduta por que alguém responde diante da sociedade é a que concerne aos outros. Na parte que diz respeito unicamente a ele próprio, a sua independência é, de direito, absoluta. Sobre si mesmo, sobre o seu próprio corpo e espírito, o indivíduo é soberano. (MILL, 2001 [1859], p.13, tradução nossa)

Sendo assim, o projeto liberal é aquele que estabelece a autonomia individual como o valor moral de maior relevância, diante do qual todos os demais estão submetidos e de onde provém a ideia de que o espaço político é inferior ao espaço privado e de que a ética do sujeito se manifesta no âmbito particular e não na ação pública. Sendo assim, cabe ao Estado apenas a garantia das liberdades individuais, para que os indivíduos possam exercer suas vontades e desejos, não sendo competência do Estado nada mais do que isto, dado que os indivíduos buscarão suas satisfações e felicidades na esfera privada. A autonomia individual constitui-se, então, como esse vetor de demandas que atravessa a vida social sem se confundir com ela.

É justamente esta ideia que Mill expressa de forma tão assertiva na passagem acima, naquele que ficou conhecido como o princípio da não-agressão (*Mill's Harm Principle*). O liberalismo apresentará uma enorme variação no que significa proteger a autonomia dos indivíduos e em quais são os instrumentos mais eficientes nessa direção, mas esta ideia fundadora estará presente em todas as manifestações da corrente liberal. Nosso esforço é justamente identificar algumas fragilidades nessa definição proposta por Mill, utilizando a ideia de escolha e meritocracia para iluminar os problemas que essa visão apresenta. É necessário que se diga, entretanto, que as duas exposições que faremos do conceito de autonomia, a escolha e a meritocracia, não são as únicas onde as dificuldades se evidenciam, podendo ser observados os mesmos problemas em muitas outras instâncias. O recorte nesses dois pontos se justifica porque eles apresentam questões teóricas e de método que são fundamentais para a teoria econômica. Por ora, no entanto, é necessário dizer algo mais sobre o próprio nascimento do liberalismo e a sua definição de autonomia.

A pergunta liberal é muito reveladora. Ao indagar sobre a legitimidade do poder, os liberais jogam luz sobre a ideia de concordância, de conformidade e aceitação. A pergunta deixa de ser qual é a melhor sociedade, para passar a ser se a sociedade merece a nossa aliança ou não. A questão passa do que é correto e justo para o que é legítimo e acordado. A pergunta formulada desta forma desvia a atenção dos

problemas próprios de nosso tempo, dos equívocos e erros sociais, para uma avaliação individual, para uma questão de fundamentação das instituições e arranjos políticos a partir de indivíduos isolados.

Por outro lado, os liberais poderiam argumentar que a boa sociedade é justamente aquela que emerge a partir da vontade de seus indivíduos, que respeita seus desejos e ambições, que os protege de violências externas, exatamente como o princípio de não-agressão de Mill preconiza. Porém, este não seria nem sequer um argumento, porque não podemos falar da melhor sociedade sem tratar das questões que são propriamente sociais. Não é possível endereçar perguntas a respeito do sistema produtivo, por exemplo, uma das questões econômicas mais relevantes, se não tivermos presente sua dimensão social e política².

Além disso, algo ainda mais importante se manifesta quando analisamos com maior cuidado a pergunta do liberalismo. Quando pensa a sociedade sob o olhar do indivíduo, o liberal supõe que exista uma entidade separada e autônoma a qual ele chama de indivíduo. Um ser que pode ser entendido e pensado por si só. Os contratualistas, por exemplo, imaginam uma situação onde indivíduos se reúnem para acordar um pacto social que os beneficie, como se fizesse sentido pensar em pessoas que se encontram para formar uma sociedade a partir de suas posições particulares. A falha desse raciocínio está no fato de que existe um conjunto de questões sociais que são necessariamente anteriores à instância do indivíduo, como a linguagem, por exemplo³. Desse modo, a sociedade é algo mais real do que o próprio indivíduo, porque ela o precede ontologicamente.

É interessante notar que apenas muito recentemente na história humana, a teorização passou a ocorrer desta maneira, isto é, passamos a considerar os indivíduos como agentes autônomos. Segundo Norbert Elias, foi necessário um enorme esforço, que ele denomina como “civilizatório”, para que os homens fossem capazes de pensar a si mesmos como partes distintas. Em outras palavras, a autonomia individual é fruto de um longo processo histórico que foi aos poucos delineando a consciência particular como algo inteligível em si mesmo⁴.

Esse núcleo da mudança estrutural e das peculiaridades estruturais do indivíduo que se refletem na autopercepção, da Renascença em diante, na noção de um “ego” individual fechado em seu receptáculo, no “ser” separado, por uma parede invisível, do que acontece “no lado de fora”. São esses autocontroles civilizadores, funcionando em parte automaticamente, que agora são experimentados na autopercepção individual como uma parede, quer entre o “sujeito” e o “objeto”, quer entre seu próprio “eu” e as demais pessoas (“sociedade”). (ELIAS, 2011 [1939], p. 237, aspas do autor)

Uma diferença importantíssima surge também quando consideramos o conceito de liberdade para os antigos e como nós o pensamos modernamente. No mundo grego clássico, possuir liberdade significava poder dispor de si mesmo. Por isso os gregos conferiam tamanha importância à liberdade política, porque apenas através dela um homem pode ser livre, dado que a completa autossuficiência é impossível⁵. Assim, para dispor de si mesmo e ter liberdade, visto que um homem precisa necessariamente da participação dos outros na sua própria vida, ele deve poder opinar e contribuir diretamente na vida

2 A esse respeito alguns economistas tentaram desenvolver teorias de surgimento espontâneo para o sistema político e econômico. Destacam-se nessa empreitada a obra de Friedrich Hayek e o conceito de ordem espontânea. Não podemos tratar neste texto de todas as implicações desta visão, bastando dizer que ela recai nos mesmos problemas apontados por este trabalho.

3 A respeito do papel da linguagem ver Searl (2010).

4 Normalmente em conjunto com este processo civilizatório se sublinha a ascensão da burguesia como classe social dominante na explicação da individualização metodológica. Afinal, a classe burguesa precisava afirmar seus valores de mérito pessoal em contraste com a classe aristocrática cujos valores se baseavam em tradições nobiliárquicas e costumes de corte.

pública. Somente assim ele poderá ser soberano de si próprio, através da instância política, que determina a vida coletiva, no qual ele está inserido.

Nosso argumento é que os modernos empobreceram a ideia de autonomia; dentro da corrente liberal, autonomia resume-se a escolha, seja de mercadorias, seja de candidatos. Não há canais que garantam a *isegoria*⁶, isto é, o direito de expressar sua opinião dentro da assembleia tomadora de decisão e vê-la debatida e considerada no momento da decisão coletiva. A nossa chamada liberdade de expressão não vai além do direito de se pronunciar abertamente; não tem peso dentro dos fóruns decisórios. É inevitável que o liberalismo carregue uma contradição profunda ao postular que os indivíduos são autônomos, mas não participam diretamente das deliberações políticas que possuem efeitos vitais em suas próprias escolhas. Uma mudança de política econômica, por exemplo, impacta de forma importante a vida dos indivíduos e, ainda assim, eles não participam de sua decisão. Essa contradição sugere a diversidade de dimensões nas quais o conceito de autonomia liberal se mostra restrito e problemático. Mesmo a noção de que fazemos escolhas, algo tão fundamental para a teoria econômica, pode ser questionada, como veremos na próxima seção. Neste primeiro segmento sugerimos uma definição de autonomia que parece unificar as correntes liberais modernas e apontamos algumas dificuldades que surgem ao analisarmos esta proposição. Nas seções seguintes discutiremos limitações específicas que são resultados desse conceito de autonomia.

O problema da Escolha

Como vimos anteriormente, o projeto liberal concede grande valor à ideia de escolha, pois é nela que está encerrada a noção de liberdade. Porém, até nesse escopo reduzido, o liberalismo encontra dificuldades teóricas. Talvez a tradição política e econômica liberal que mais dependa do conceito de escolha seja o utilitarismo. Para um utilitarista, a melhor sociedade é aquela que promove o maior valor de utilidade entre seus membros. Aqui é necessário fazer uma pequena distinção. Para a corrente utilitarista clássica, de Jeremy Bentham, o montante de utilidade da sociedade poderia ser calculado a partir do somatório das utilidades individuais, o que na literatura ficou conhecido como comparações interpessoais de utilidade⁷. Isso significa que a sociedade fica melhor com um aumento do seu total de utilidade, como, por exemplo, se transferirmos parte da renda dos mais ricos para os mais pobres, dado que se supõe uma utilidade marginal decrescente⁸. Entretanto, com o desenvolvimento da corrente utilitarista para a sua versão neoclássica, na passagem do século XIX para o XX, abandonou-se a ideia de comparações interpessoais de utilidade e ficou-se apenas com as utilidades individuais, que permitem apenas comparações do tipo de Pareto, isto é, a situação só melhora se um dos indivíduos prospera enquanto nenhum outro piora.

Todavia, no que concerne à escolha, podemos considerar indiscriminadamente utilitaristas clássicos e neoclássicos. Isso porque tanto para os clássicos quanto para os neoclássicos são os indivíduos isoladamente que escolhem aquilo que lhes dará maior utilidade. São eles próprios que revelam suas preferências, optando por aquilo que mais lhes aprouver. Dessa forma, os indivíduos devem ser livres para escolher o que bem desejarem, porque são eles mesmos que definem o que é melhor para si. O que significa que o valor de utilidade social será tanto maior quanto maior for a liberdade de escolha dos

5 Platão chega a ironizar a ideia de completa autossuficiência quando apresenta o sofista Hípias se vangloriando de ter ele próprio produzido tudo o que trazia no corpo.

6 Palavra grega composta de dois elementos: *ise* e *agoreúo*. Significa igualdade no ato de falar em público. O direito de falar na assembleia é compartilhado por todos os cidadãos.

7 Isto significa uma unidade comum de utilidade para todos os indivíduos. A ideia é imaginarmos uma espécie de medidor de utilidade, um "utilitômetro", assim seríamos capazes de somar e subtrair a utilidade entre os indivíduos, sabendo com isso se a utilidade total da sociedade aumentou ou diminuiu.

8 A chamada "lei" da utilidade marginal decrescente sugere que unidades adicionais do mesmo bem geram valores menores de utilidade em comparação com os anteriores.

indivíduos. Agora vamos observar essa ideia com maior cuidado. A noção de que os indivíduos realizam escolhas é muito estranha, depois que nos detemos mais sobre ela. E não é porque fazem deliberadamente escolhas ruins, apesar disso ser frequentemente verdade, mas é a ideia de que escolhas, no sentido próprio da palavra, estão realmente sendo feitas.

Vamos considerar como exemplo a compra de um sabão em pó. Se o consumidor que foi ao mercado comprar um sabão em pó fizesse realmente uma escolha, ele teria que, primeiro, considerar todas as possibilidades disponíveis, fazendo uma pesquisa de todas as marcas existentes e todos os produtos que servem como substitutos e complementos. Segundo, ele teria que conhecer toda a composição química de um sabão em pó, sabendo assim distinguir as possíveis variações e entender propriamente porque uma marca é diferente da outra, se é que são diferentes. Por fim, ele teria que conhecer todos os preços referentes ao sabão em pó, incluindo aí seus substitutos e complementos, para que ele possa ponderar o seu conhecimento dos produtos com a sua capacidade de pagar por eles. Agora pense que o mesmo processo feito para o sabão em pó, deverá ser realizado para todos os produtos e serviços que essa pessoa consome, alguns deles muito mais complexos do que o sabão em pó, e então teremos uma tarefa impossível. Talvez o consumidor consiga exercer a sua escolha para um ou outro produto, com o qual tenha mais familiaridade, mas jamais conseguirá fazê-lo para a maior parte das mercadorias que consome, pelo simples fato de que escolher é algo muito difícil e trabalhoso.

As consequências disto para o projeto liberal são desastrosas, porque se as pessoas não escolhem, no sentido rigoroso do termo, o que elas fazem é tomar ao acaso suas decisões ou seguir a influência de outros, seja através de uma propaganda ou de uma opinião alheia. O que significa que um dos pilares mais importantes do liberalismo, principalmente para a escola utilitarista, desmorona sobre si mesmo, porque os indivíduos não estão fazendo escolhas, ou eles seguem movimentos aleatórios ou forças externas. Assim, não há maximização de utilidade, porque não é possível para o indivíduo sequer construir a sua curva de utilidade. Ele está limitado por restrições que são próprias do processo de escolha. E não se trata de supor informação perfeita ou não, porque a questão não é a informação disponível, mesmo que esta seja continuamente um limitador também, e sim as próprias restrições inerentes à tomada de uma decisão.

O cerne da questão é que há uma limitação cognitiva por parte dos indivíduos em processar tanta quantidade de informações⁹. A psicologia cognitiva nos informa que os seres humanos possuem uma série de vieses e distorções em seus julgamentos e escolhas, conhecidos como *cognitive bias*¹⁰. Isso não complica apenas a hipótese de que as pessoas estão tomando decisões racionais, como a própria noção de que elas fazem escolhas próprias, autônomas. Afinal, se um agente econômico tem sua escolha influenciada simplesmente porque a ordem de apresentação dos produtos foi alterada, não parece razoável dizer que ele possui controle da escolha que está fazendo. A teoria econômica liberal nos últimos anos vem tentando manter o valor da autonomia decisória a despeito de reconhecer os resultados da psicologia cognitiva, o que representa uma tensão importante, porque o conceito de autonomia individual exige que quem escolhe o faça como sujeito, como propriamente um agente de sua condição. É possível enxergar nos trabalhos da chamada economia comportamental um crescente conflito entre o reconhecimento dos vieses cognitivos e a defesa da autonomia do agente.

Podemos inclusive perceber que a problemática da escolha aponta dúvidas sobre a responsabilidade dos indivíduos com relação aos seus próprios atos. Infelizmente, esta será uma questão que não será

9 Essa limitação foi primeiro proposta pelo economista Herbert A. Simon e ficou conhecida na literatura como racionalidade limitada. Entretanto, Simon achava possível conciliar a limitação cognitiva com a noção de que os indivíduos estão efetivamente fazendo escolhas. A ideia do autor é que os indivíduos, primeiro, simplificam enormemente as suas opções para em seguida realizarem suas escolhas, não num processo de otimização mas num processo suficientemente satisfatório. Simon dessa forma não se afasta da corrente liberal e de sua visão de autonomia e escolha. No presente trabalho estamos argumentando que a limitação cognitiva proposta por Simon é incompatível com a ideia de que os indivíduos realizam escolhas autônomas, isso porque o processo de simplificação ou seleção das informações que serão utilizadas não é próprio ao indivíduo, pertence sim a estruturas sociais que acabam por conduzir quais são as opções relevantes e que tipo de escolha é possível.

10 Área da psicologia cognitiva que estuda desvios persistentes na racionalidade dos agentes.

tratada neste texto, dado o escopo e os objetivos propostos. No entanto, nos interessa analisar uma questão correlata, a meritocracia, um dos valores mais importantes para o liberalismo, e ao mesmo tempo, um dos mais frágeis.

O problema da Meritocracia

A meritocracia a que nos referimos neste trabalho é a noção de que uma parcela maior da riqueza social deve se destinar àqueles que possuem alguma espécie de mérito, talento ou habilidade especial, que os distingue dos demais. Ou, o que é análogo a isso, o conceito microeconômico de produtividade marginal¹¹, a partir da qual cada um recebe na proporção que contribuiu para a geração da riqueza social. Esta é uma ideia distinta da simples admiração e reconhecimento da aptidão de um indivíduo numa determinada área. O que está em jogo aqui é a defesa de que o mérito deve vir acompanhado de uma parcela maior da riqueza social, porque de alguma forma ele contribuiu mais para a geração daquela riqueza. Vamos deixar de lado o problema do cálculo desta proporcionalidade e até mesmo as indagações a respeito de ser possível colocar a questão nestes termos. Também deixemos de fora considerações éticas da enorme crueldade que parece ser a punição do inapto, do rebaixamento daquele que não consegue avançar além do ordinário, assim como o efeito destrutivo que pode ser a cobrança do excepcional a todo o instante e a infelicidade brutal de um indivíduo que tem que lidar com a sua própria mediocridade diante de uma sociedade que não tolera a normalidade.

Deixemos estes e tantos outros problemas da meritocracia de lado para olharmos para apenas um deles. Mesmo que supuséssemos que os liberais estão certos e que seja possível conferir àqueles que possuem mérito as maiores parcelas da riqueza social, e que tenhamos superado o problema da desigualdade de oportunidades, a pergunta central permanece: Por que isso seria justo e legítimo? Quando analisamos com mais calma, a questão colocada não parece tão clara. Isto porque para ser justo e legítimo, o mérito de cada um deveria ser responsabilidade sua. Para colocar em termos mais simples, um liberal argumenta que um indivíduo merece sua riqueza porque trabalhou e se esforçou bastante, ou porque é extremamente inteligente ou talentoso, porém, não aparenta ser correta esta associação de merecimento, dado que a capacidade individual para o trabalho, ou a inteligência e o talento, não são responsabilidades do próprio indivíduo.

Há um enorme debate que discute se as capacidades individuais são fruto da natureza ou do ambiente social. Em outras palavras, se a inteligência e o talento são genéticas ou desenvolvidas socialmente. Para os efeitos da justiça e da legitimidade, não faz diferença. Se forem genéticas, os indivíduos as recebem aleatoriamente, não fizeram nada para tê-las, não são responsáveis por elas, simplesmente nasceram dotados de características meritórias. Por outro lado, se forem desenvolvidas socialmente, novamente, não faz diferença, porque o indivíduo não escolhe onde nem quando nascerá, muito menos quem serão seus pais ou as estruturas sociais que irão desenvolvê-lo. Não há porque premiar um indivíduo por algo que ele não decidiu ou por algo pelo que ele não é responsável de modo algum. Esse problema aparece de forma muito clara na principal obra de John Rawls, *A Theory of Justice*, e diversos liberais, particularmente da tradição contemporânea do contratualismo, já o enfrentaram, sem conseguir obter uma solução satisfatória. O próprio Rawls apresenta este argumento para defender o seu *Maximin Principle*, isto é, qualquer desigualdade social e econômica deve funcionar a favor dos membros menos favorecidos da sociedade¹².

11 A produtividade marginal de um determinado fator mede qual foi a variação na produção em resposta a um aumento marginal deste mesmo fator.

12 Também aparece pelo conceito de Difference Principle. A ideia é que, independentemente do sistema econômico em vigor, o conceito de justiça só será respeitado se os arranjos políticos, econômicos e sociais funcionarem em favor dos que são menos favorecidos.

Dessa forma, a ideia de que os indivíduos devem receber maiores parcelas da riqueza social porque de alguma maneira merecem um quinhão maior se desfaz completamente. Isso revela algo muito importante, do ponto de vista da justiça: a distribuição do produto social deve ser pautada em outros termos, que tratem da sociedade e não do indivíduo, afinal quem produziu a riqueza foi a força coletiva. O individualismo metodológico não é capaz de lidar com esse problema, como tentamos sugerir na primeira parte deste trabalho. O que o liberalismo tenta fazer é promulgar um critério de meritocracia a partir de um conceito de autonomia do sujeito que dificilmente pode ser sustentado. Só é possível distribuir a riqueza social individualmente pela régua do mérito se pudermos concluir que há de fato uma responsabilidade exclusiva daquele indivíduo na geração daquela riqueza. Isso porque nosso objetivo é discutir as limitações teóricas do conceito de autonomia e estamos pondo de lado as estatísticas e descrições que apontam a debilidade da distribuição meritocrática na prática do sistema econômico, o que certamente representa outra importante dificuldade para o liberalismo.

A noção da autonomia do sujeito continua, entretanto, como hipótese essencial das teorias econômicas e políticas liberais. Se observarmos, por exemplo, a teoria do capital humano, veremos que se trata de uma insistência na mesma ideia. Essa teoria sustenta que indivíduos investem em sua própria formação visando obter maiores ganhos no futuro, dado que sua produtividade será maior e eles serão recompensados com maiores salários. Dessa forma, trabalhadores escolhem autonomamente gastar sua renda num processo de formação humana (cursos técnicos, universitários ou habilidades que contribuam para a produção) de tal maneira que sua diferença salarial seja legitimamente justificada pelo mérito de sua aplicação pessoal. São indivíduos que tiveram a disciplina de investir em seu próprio futuro e, portanto, devem ser premiados por esse esforço individual. Como expõe Schultz, considerado um dos pais da teoria do capital humano:

Os trabalhadores se tornaram capitalistas não pela difusão da propriedade de ações corporativas, como o folclore diria, mas pela aquisição do conhecimento e habilidades que possuem valor econômico. Esses conhecimentos e habilidades são em grande parte produto de investimento e, combinados com outros investimentos humanos, explicam a superioridade produtiva dos países tecnicamente avançados. (SCHULTZ, 1961, p. 3, tradução nossa).

Não é possível exagerar a importância que essa ideia exerce no discurso liberal. Como a passagem de Schultz anuncia, o mesmo raciocínio pode ser usado para explicar a diferença de renda e produtividade entre os países e, portanto, justificar porque alguns são ricos e outros pobres. Como discutimos na introdução deste trabalho, os liberais frequentemente ignoram a passagem do nível do indivíduo para o nível do agregado, utilizando nos dois estágios as mesmas teorias e proposições. Justificar que um trabalhador possui maior renda porque foi capaz de acumular mais capital humano pode igualmente se transformar na alegação de que um país é rico porque foi hábil em aumentar seus índices de escolaridade em sua população. Muitos economistas heterodoxos criticam esse argumento jogando luz sobre a relação espúria que está sendo feita entre escolaridade e produtividade, crítica que nos parece bastante apropriada. Entretanto, gostaríamos de ressaltar que a própria proposição de que indivíduos (ou países) reclamem legitimamente uma parcela maior da renda porque fizeram um esforço autônomo no acúmulo de capital soa equivocada. Isso porque o conceito de autonomia usado nessa justificação é, no melhor dos casos, limitado, e no pior deles, vazio e inócuo. A produção é um esforço necessariamente coletivo e, mesmo naquilo que tange ao sujeito, sua responsabilidade não é justificativa para um sistema baseado em interesses e incentivos.

Conclusão

O presente texto procurou criticar o conceito de autonomia no liberalismo político e econômico. Sugerimos dois caminhos pelos quais essa crítica pode ser realizada, considerando a forma própria como a hipótese da autonomia é apresentada pela teoria liberal, isto é, um esforço de realizar uma crítica interna à teorização do sujeito e do indivíduo. Por um lado, a proposição fundamental de que os agentes fazem escolhas efetivas pode ser questionada pela nossa limitação na capacidade de processar informações, o que, portanto, molda o comportamento econômico. Não é razoável postular um comportamento econômico autônomo se os agentes realizam escolhas empurrados por ações publicitárias de todo tipo. Por outro lado, a teoria de que os indivíduos são remunerados por seu mérito, mesmo quando considerada apenas no seu mecanismo interno, apresenta limitações importantes, como a dificuldade de atribuir responsabilidade pela ação realizada. O conceito de autonomia liberal não pode propor justamente aquilo que deveria explicar e, portanto, a ligação imediata entre a ação realizada e a sua consequente responsabilidade deve ser explicada dentro de um conceito de autonomia capaz de construir essa relação causal e não simplesmente supô-la.

É necessário desenvolver uma concepção de autonomia que considere os problemas e limitações apontados. A visão de autonomia sugerida pelo liberalismo, aquela que propõe que podemos entender os indivíduos como universos em si mesmos, que escolhem livremente a partir de suas preferências e desejos, que são responsáveis legitimamente e identificáveis por seus méritos e falhas, não é capaz de oferecer uma interpretação mais apropriada para o conceito. Repensar o que significa autonomia nos ajuda a enfrentar as dificuldades teóricas apresentadas pelo liberalismo e, assim, construir uma teoria econômica mais robusta a partir de hipóteses e de uma metodologia mais adequada ao comportamento humano.

Referências bibliográficas

- BIANCHI, Ana M. (1988). **A pré-história da economia: de Maquiavel a Adam Smith**. Hucitec, São Paulo, 1988.
- ELIAS, Norbert (1939). **O Processo Civilizador, Vol. 1: uma história dos costumes**. Zahar, Rio de Janeiro, 2011.
- HAYEK, Friedrich A. (1949). **Individualism and Economic Order**. The University of Chicago Press, Chicago, 1958.
- MILL, John S. (1859). **On Liberty**. Batoche Books, Kitchener, 2001.
- PAULANI, Leda M. (2005). **Modernidade e discurso econômico**. Boitempo, São Paulo, 2005.
- RAWLS, John (1971). **A Theory of Justice**. Harvard University Press, Revised Edition, Cambridge, 1999.
- SCHULTZ, Theodore W. (1961). "Investment in Human Capital", **The American Economic Review**, v. 51 n. 1, p. 1 – 17, march 1961.
- SEARL, John R. (2010). **Making the Social World: The Structure of Human Civilization**. Oxford University Press, New York, 2011.
- SEN, Amartya K. (1977). "Rational Fools: A Critique of the Behavioral Foundations of Economic Theory", **Philosophy and Public Affairs**, v. 6 n. 4, p. 317 – 344, summer 1977.
- SIMON, Herbert A. (1955). "A Behavioral Model of Rational Choice", **Quarterly Journal of Economics**, v. 69, p. 99 – 188, february 1955.